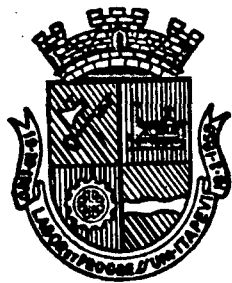


CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO N.º 037/95

PROJETO N.º 034/95

de Lei

INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO

"Dispõe sobre concessão de abono pecuniário
aos servidores do Poder Público Municipal,
no valor individual de R\$ 16,00 ao mês."

Lei 1269/95

DITALIZADO

OR _____

DIGITALIZADO

POR ~~OR~~ _____



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Parecer Conjunto das Comissões nº 01 e 02 ao Projeto de Lei
nº 034/95 - Do Executivo

Senhor Presidente:-

Quanto ao aspecto legal nada há que
objetar.

Quanto ao mérito, a propositura é /
louvavel, merecendo ser aprovada.

E o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira /

Nery, 27 de junho de 1.995

Comissão nº 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOAO FERREIRA DO MONTE

NORMA LUCIA R.DE SOUZA

ANTONIO DE SAUDES FARIAS

BENEDITO VAZ FERREIRA

Comissão nº 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLIER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

VITAL PONCIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Parecer Conjunto das Comissões nº 01 e 02 ao Projeto de Lei
nº 034/95 - Do Executivo

Senhor Presidente:-

Quanto ao aspecto legal nada há que
objetar.

Quanto ao mérito, a propositura é /
louvável, merecendo ser aprovada.

E o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira /

Nery, 27 de junho de 1.995

Comissão nº 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOAO FERREIRA DO MONTE

NORMA IUCIA R. DE SOUZA

ANTONIO DE SOUZA FARIAS

BENEDITO VAZ PEREIRA

Comissão nº 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLIER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

VITAL PONCIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

AUTÓGRAFO N° 032/95

(Projeto de Lei nº 034/95 - DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, **Aprova** a seguinte Lei:

(Dispõe sobre concessão de abono pecuniário aos servidores do Poder Público Municipal, no valor individual de R\$ 16,00 ao mês)

Art. 1º Fica autorizada a concessão de abono pecuniário aos servidores do Poder Público Municipal, no valor individual de R\$ 16,00 (dezesesseis reais) ao mês.

Parágrafo único - O valor referido no "caput" deste artigo não será incorporado ao vencimento base.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi, 28 de junho de 1.995.


JADIR FRANCISCO DE SOUZA
Presidente


JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA
2º Secretário
- em exercício -



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 034/95

(Dispõe sobre concessão de abono pecuniário aos servidores do Poder Público Municipal, no valor individual de R\$ 16,00 ao mês)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de abono pecuniário aos servidores do Poder Público Municipal, no valor individual de R\$ 16,00 (dezesesseis reais) ao mês.

Parágrafo único - O valor referido no "caput" deste artigo não será incorporado ao vencimento base.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 22 de junho de 1995

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 020/95

Itapevi, 22 de junho de 1995

Senhor Presidente,

Por intermédio da presente, encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Colenda Câmara, o incluso Projeto de Lei, que dispõe sobre concessão de abono pecuniário aos servidores do Poder Público Municipal, no valor individual de R\$ 16,00 (dezesseis reais) ao mês.

A propositura tem por objetivo possibilitar que os servidores de menor poder aquisitivo possam permanecer no convênio médico-odontológico em grupo firmado pela Associação dos Funcionários Públicos de Itapevi.

Esclareço, para tanto, que a Associação referida firmou, em 1994, convênio médico-odontológico específico para os associados, no valor de R\$ 12,00 (doze reais) por pessoa.

O benefício teve imediata aceitação por parte dos funcionários, que passaram a fazer parte da Associação, interessados em participar do convênio médico-odontológico, incluindo, inclusive, dependentes, visto que este lhes possibilita rápido atendimento, viabilizando, também, maior assiduidade ao trabalho, e isto porque as consultas são marcadas com antecedência, não exigindo, portanto, grande dispêndio de tempo.

O valor do convênio, todavia - não obstante de apenas R\$ 12,00 (doze reais) -, não se mostrou viável para todos os funcionários, especialmente para aqueles que, por ausência de qualificação técnica e escolaridade, percebem menores salários.

(fl.01/03)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

Conforme esclarecimento da Associação, em razão do valor, diversos servidores foram obrigados a deixar o convênio, e outros pretendem fazê-lo em breve, principalmente porque, em decorrência do tempo, haverá, necessariamente, que se promover reajuste no preço inicialmente estabelecido, devendo este ser modificado para R\$ 16,00 (dezesesseis reais) já no mês de julho p.f.

Não pode a Administração Pública, por força de impedimento legal, trazer para si a obrigação do pagamento de convênio médico-odontológico.

Nada impede, porém, que se conceda o abono pecuniário. Embora não vinculado ao convênio, o abono permitirá que os funcionários continuem participando do benefício conquistado pela Associação a que pertencem.

Não há que se imaginar, no entanto, que os servidores não utilizarão o abono pecuniário para manutenção do convênio. Embora não haja vinculação entre abono e convênio, hoje 1.355 servidores estão conveniados com a organização médica - não considerados, neste número, os dependentes.

Torna-se claro, portanto, que a manutenção do benefício é de legítimo interesse dos trabalhadores, não sendo justo, portanto, permitir que os servidores de menor poder aquisitivo sejam excluídos desse atendimento.

Impende esclarecer, ainda, que o abono pecuniário deve ser concedido a todos os servidores, embora não resulte em real benefício aos servidores que auferem maior renda mensal, bem como que referido abono não resulta em pagamento diferenciado dos níveis salariais verificados no mercado de trabalho, e isto em razão do valor, que não chega a produzir modificação significativa na folha de pagamento.

Esclareço finalmente, que, conforme informação prestada pelo Presidente da Associação dos Funcionários Públicos de Itapevi, o convênio foi firmado sem carência para qualquer espécie de atendimento, fato que não ocorre quando o conveniado se desvincula e posteriormente retorna.

Assim sendo, a urgência na análise da propositura, que ora solicito, conforme prerrogativa concedida pelo disposto no artigo 35 da Lei Orgânica do Município, se faz necessária para evitar maiores transtornos aos participantes do benefício.

(fl.02/03)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, renovando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Nobres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,


JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

RECEBEMOS
23 / 06 / 95
Rida Cristina Caraméz

SECRETARIA

Excelentíssimo Senhor
JADIR FRANCISCO ANTONIO
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.

(f1.03/03)



Proc. 037/95
Proc. 034/95

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.269, DE 30 DE JUNHO DE 1995

(Dispõe sobre concessão de abono pecuniário aos servidores do Poder Público Municipal, no valor individual de R\$ 16,00 ao mês)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de abono pecuniário aos servidores do Poder Público Municipal, no valor individual de R\$ 16,00 (dezesesseis reais) ao mês.

Parágrafo único - O valor referido no "caput" deste artigo não será incorporado ao vencimento base.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 30 de junho de 1995

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 30 de junho de 1995.

ALICE GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretária de Apoio Administrativo